



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

ANDRÉ BEZERRA DE SOUSA

**MEMÓRIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA: DIFUSÃO DA
MEMÓRIA INSTITUCIONAL**

**JOÃO PESSOA
2016**

ANDRÉ BEZERRA DE SOUSA

**MEMÓRIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA: DIFUSÃO DA
MEMÓRIA INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Suerde Miranda de Oliveira Brito.

**JOÃO PESSOA
2016**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

S725m Sousa, André Bezerra de
Memória da Polícia Militar da Paraíba [manuscrito] : difusão da memória institucional / André Bezerra de Sousa. - 2017
36 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Suerde Miranda de Oliveira Brito, Departamento de Arquivologia".

1. 1. Arquivos institucionais. 2. Memória institucional. 3. Polícia Militar da Paraíba. I. Título.

21. ed. CDD 361

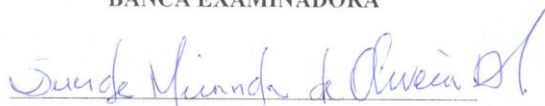
ANDRÉ BEZERRA DE SOUSA

MEMÓRIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA: DIFUSÃO DA
MEMÓRIA INSTITUCIONAL

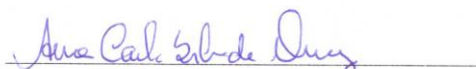
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Arquivologia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em: 28/10/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Suerde Miranda de Oliveira Brito (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Ma. Anna Carla Silva de Queiroz
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Sânderson Lopes Dorneles
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero Agradecer ao meu Deus por sua infinita misericórdia ter me dado saúde e forças para superar todas as adversidades que surgiram ao longo do tempo nessa jornada acadêmica, pois sem sua força não teria conseguido chegar até o final dessa jornada e concluir o curso.

Agradeço a meu Deus também por todo aprendizado que obtive nos dias da adversidade, pois em todo o tempo o senhor esteve ao meu lado me encorajando me ajudando a tirar forças da fraqueza e sempre prosseguir confiante que o senhor sempre estaria comigo sendo minha rocha inabalável.

Aos meus pais por todo incentivo, paciência, apoio e amor incondicional, agradeço a Deus por tê-los em minha vida, agindo como uma base de sustentação, um alicerce na minha estrutura e maturidade como ser humano.

Agradeço a minha orientadora, professora Suerde, pelo apoio e paciência nessa difícil jornada acadêmica, agradeço pela sua voluntariedade e dedicação para comigo, pois foi de grande relevância para a conclusão deste trabalho.

Aos professores Sanderson e Anna Carla pela atenção e contribuição para realização deste trabalho

Aos profissionais da segurança pública, guardiões da sociedade e pacificadores sociais

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio ao longo dessa jornada acadêmica.

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa é identificar as estratégias de difusão da memória institucional da Polícia Militar da Paraíba (PMPB). Como objetivos específicos, conhecer a história da instituição e discorrer sobre sua estrutura organizacional e funcional. O Memorial da Polícia Militar da Paraíba, criado em 2003, foi substituído, em 2013, pelo Museu, que oferece a usuários internos e externos, um espaço para conhecimento de documentos do início do século XX (como boletins e cadernetas). Em destaque, o uniforme de gala e armamentos e aparelhamentos de comunicação da época. Identificamos que a Polícia Militar da Paraíba busca adotar estratégias que visam difundir a memória da instituição e a preservação de seu patrimônio documental arquivístico. Apontamos haver necessidade de produzir instrumentos de pesquisa arquivísticos para garantir a preservação do seu patrimônio documental e acessibilidade, além do desenvolvimento de ações educativas para sua difusão cultural.

Palavras-Chave: Arquivos institucionais. Memória institucional. Polícia Militar da Paraíba.

ABSTRACT

The objective of this study is to provide the resumption of the institutional memory of the Police of Paraíba State Military (PMPB) institute, which this year celebrates 184 years of foundation, know the history of the creation of the military police in Brazil is still in the period of the empire, spread the memory of Paraíba military police through a broadcast files. Highlighting the importance of archival documents to the memory of PMPB. The focus of our work is relevant relationship between memory and archival science, as undeniably custody documents have real value that shows information that is related to the institution and those who are part of the military police institution directly or indirectly Paraíba. We note that the memory of PMPB serves as information to all who seek information about the existing police forces. Our work reveals the efforts to rescue and spread through a relationship with archivology the memory of traditional military police institution Paraíba.

Keywords: Memory. Military Police. Broadcast.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Corpo de Guardas Permanente do Estado do Rio de Janeiro.	18
Figura 2 – Antiga Travessa do Carmo, posteriormente Travessa Conselheiro Henrique, ao fundo a igreja nossa Senhora do Caromo, no ano de 1877.....	19
Figura 3 –Conjunto Carmelita, em 1906, antes da Reforma,1º Quartel ocupado pelo Corpo de Guardas Municipais Permanentes	19
Figura 4 – Praça Pedro Américo, local do atual Comando Geral da PMPB	20
Figura 5 – Coronel Elísio Sobreira Patrono da PMPB.....	20
Figura 6 - Um dos uniformes de instrução utilizado entre as décadas de 1920 e 1930 pelo patrono da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), coronel Elísio Sobreira.	26
Figura 7 - Boletim Interno do Comando Geral da PMPB do dia 25 de Outubro de 1913.	26
Figura 8 - Museu da Polícia Militar da Paraíba, Quartel do Comando Geral, Praça Pedro Américo, João Pessoa-PB.....	27
Figura 9 - Arquivos do Quartel Comando Geral, depositados no pátio do 1º BPM.	28
Figura 10 - Transcrição da nota publicada no Boletim do Comando Geral da PMPB dia 5 de setembro de 1959.....	29

LISTA DE GRÁFICO E QUADRO

Gráfico 1 - Representação gráfica do Organograma da Polícia Militar da Paraíba.....21

Quadro 1 - Estrutura funcional da Polícia Militar.....23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOL	Boletim Interno da Polícia Militar
BPM	Batalhão de Polícia Militar
Cel	Coronel
OPM	Organização policial militar
PMPB	Polícia Militar da Paraíba
SEDS	Secretária de Segurança Pública

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA	12
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	122
1.3 OBJETIVOS	133
1.3.1 Objetivo geral.....	133
1.3.2 Objetivos específicos.....	133
1.4 METODOLOGIA.....	13
2 NEXO ENTRE ARQUIVO E MEMÓRIA	15
2.1 MEMÓRIA DA POLÍCIA MILITAR.....	17
2.2 ORIGEM – MEMÓRIA DA PMPB.....	18
2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DA PMPB.....	212
3 DIFUSÃO DA MEMÓRIA DA PMPB.....	256
3.1 DIFUSÃO DA MEMÓRIA DA PMPB A PARTIR DA CRIAÇÃO DO MUSEU DA PMPB	256
3.2 VALORIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA DA PMPB A PARTIR DA DIGITALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS DO QUARTEL DO COMANDO GERAL DA PMPB	289
3.3 CONTRIBUIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA.....	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	322
REFERÊNCIAS	345

1 INTRODUÇÃO

Ao falarmos sobre a memória da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), instituição centenária, patrimônio histórico e de direito da sociedade Paraibana, nos deparamos com a memória da formação das polícias militares no Brasil, que teve início ainda a época do Império, sua formação a partir do Império como a Guarda Nacional até a formação atual e o nascedouro da Polícia militar do Estado da Paraíba.

Faz-se necessário destacar que a PMPB, conforme a constituição da república destaca como fundamento no texto constitucional, fica evidenciado que a Polícia Militar exerce a função de polícia administrativa, sendo responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo, e pela manutenção da ordem pública nos diversos Estados da Federação.

De acordo com o Art. 144 art. 144, § 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil [...]”.

Todavia, a instituição policial militar também atua como um guardião da informação, embora que de forma deficitária. Hoje, inúmeras instituições policiais militares da federação buscam preservar a memória institucional assim como difundi-la, com o objetivo de propagar sua memória e valores juntos aos seus integrantes como também a sociedade civil. Observa-se que memória e arquivo possuem uma relação indissociável, tendo em vista que, o arquivo está impregnado de práticas e sentidos mnemônicos e rememorativos que agregam a identidade legal de um povo. Enfatiza-se a primordial importância do arquivo como local para a realização da pesquisa histórica e para a produção do conhecimento. Criam-se, assim, novas formas de compreender os fenômenos e a maneira como eles se desenvolvem. Essa prática permite o encontro harmônico com a Ciência da Informação no que concerne a sua abordagem representacional. Objetiva-se, nesse processo, a relevância das fontes arquivísticas que, ao serem inseridas no contexto socioeconômico, político e cultural, têm o ser humano como produtor de sentidos.

Diante desse cenário de características indissociável da memória e arquivologia, nosso trabalho mostra a história da formação da instituição PMPB, a recuperação da memória institucional e sua difusão de memória através de arquivos, sabendo que nos dias atuais, as empresas, instituições, organizações produzem ao longo de sua funcionalidade uma grande quantidade de documentos, fundamentais para a preservação da Memória Institucional. Logo,

essas informações encontradas em diversos suportes devem ser reunidas, fazendo-se mais do que necessário a concentração destes acervos, armazenando e organizado corretamente com a finalidade de estarem disponíveis para consulta, porque retratam não só as atividades de uma instituição, mas, a época em que está inserida, o tempo e o espaço que ocupa na sociedade, facilitando assim o entendimento da instituição de um modo pleno.

1.1 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho teve inicialização a partir da relação indissociável entre memória e arquivos, onde concluímos de forma inegável que o arquivo torna-se favorável à preservação da memória.

Uma interpelação do arquivo e da memória como uma relação indissociável na sociedade da informação evidencia-se de maneira lógica, tal relação como imprescindível.

No que tange a sua contribuição para a arquivologia, sua eficácia plena proporciona diretamente uma contribuição como fonte e incentivo de pesquisa a novos trabalhos voltados para a mesma temática.

Diante do exposto, este trabalho teve inicialização dentro da seguinte conjectura: a memória da PMPB, antes esquecida e ao longo dos anos, pouco a pouco, passou a ser difundida para a construção do conhecimento e preservação da memória para contribuição informacional à sociedade.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

A Memória Institucional, de cunho relevante para a vida, necessita de um trabalho interdisciplinar e que tenha na informação sua principal matéria-prima. Estas informações precisarão ser recuperadas e organizadas para depois poderem ser disponibilizadas.

A Memória Institucional pode e deve ser compreendida como um meio eficaz para a manutenção da informação com vistas à gestão organizacional. Diante da supracitada importância do valor da memória institucional, perguntamos: **O que a Polícia Militar da Paraíba tem feito com vistas à difusão da sua memória institucional?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Identificar as estratégias de difusão da memória institucional da Polícia Militar da Paraíba (PMPB).

1.3.2 Objetivos específicos

- ▶ Mostrar a história da formação da instituição policial militar no Brasil e no Estado da Paraíba, desde o Império até os dias atuais;
- ▶ Descrever sua estrutura organizacional e funcional;
- ▶ Analisar a contribuição dos documentos de arquivo para a construção da memória da PMPB.

1.4 METODOLOGIA

Esta pesquisa se define como exploratória, com características gerais da abordagem qualitativa. Em suma, a característica básica de uma pesquisa qualitativa, apresentada utiliza-se do ambiente natural como fonte direta de coleta de dados e tem o pesquisador como instrumento fundamental para esta coleta. Para Gil (2008), qualquer classificação de pesquisa deve seguir algum critério. Se utilizar o objetivo geral como critério, haverá três grupos de pesquisa, a saber: Pesquisas Exploratórias, Pesquisas Descritivas e Pesquisas Explicativas, de acordo com Gil (2008) Como qualquer pesquisa, ela depende também de uma pesquisa bibliográfica, pois mesmo que existam poucas referências sobre o assunto pesquisado, nenhuma pesquisa hoje começa totalmente do zero. Portanto, diante do exposto, conclui-se esta pesquisa como de cunho plenamente exploratório com características qualitativas.

De acordo com Duarte (2016) a pesquisa exploratória com uma característica qualitativa, permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado. Nesse sentido, caso o problema proposto não apresente aspectos que permitam a visualização dos procedimentos a serem adotados, será necessário que o pesquisador inicie um processo de sondagem.

Ainda sobre pesquisa, segundo Gil (2007, p. 17), é definida como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são

propostos. Para tanto, a pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias etapas, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados, conseqüentemente nota-se o valor incomum de um trabalho acadêmico, como sendo o estudo de um tema relevante para a sociedade, feito por um acadêmico, com fins de aprimoramento profissional, que proporcione uma grande contribuição com o avanço da ciência ao responder problemas. Essa interpretação baseia-se nos conceitos de Salomon (1977 apud FERNANDES, 2006, p. 16), ao afirmar que monografia é o “tratamento escrito de um tema específico que resulte de interpretação científica com escopo de apresentar uma contribuição relevante ou original e pessoal à ciência”.

Em seu desenvolvimento, a proposta de pesquisa se utilizou de maneira eficiente de uma abordagem qualitativa, reconhecendo de forma irrevogável que este modelo de pesquisa proporciona ao pesquisador uma visão ampla do estudo do objeto.

Na busca de subsídios para realização deste trabalho, as fontes foram as mais diversas, livros, artigos, trabalhos monográficos, leis, paginas de internet dentre outros. Além disso, foi necessária a consulta a documentos internos da instituição, fato determinante na escolha do local onde se realizou o estudo de caso devido à facilidade de acesso, que se deu com a autorização por parte das autoridades responsáveis ao acesso na instituição.

2 NEXO ENTRE ARQUIVO E MEMÓRIA

Os arquivos no mundo contemporâneo ganharam dimensões gigantescas de grande relevância, pois, com o desenvolvimento de conceitos sociais, econômicos, políticos e culturais da humanidade, a sociedade da informação - como fomentadora desse crescimento - cada vez mais exige do arquivo precisão nas informações fornecidas ao seu público-alvo. Essa importância está diretamente relacionada aos aspectos históricos, jurídicos e administrativos, proporcionando uma relação indissociável entre arquivo e memória uma vez que, segundo Duranti (1994, p. 50), “[...] através de milênios, os arquivos têm representado, alternada e cumulativamente, os arsenais da memória institucional, da administração, do direito, da história, da cultura e da informação”. Um desses aspectos - o histórico - representa a memória de um povo, de uma instituição ou de um indivíduo, e, finalmente, constitui-se em fonte de pesquisa para todos os ramos do saber. Dessa forma, a função essencial do arquivo é tornar disponíveis as informações que estão sob a sua guarda no acervo documental, valendo-se da arquivologia, visto que, a arquivologia é ciência e disciplina que objetiva gerenciar todas as informações que possam ser registradas em documentos de arquivos.

Utilizando-se de princípios, normas, técnicas e procedimentos diversos, que são aplicados nos processos de composição, coleta, análise, identificação, organização, processamento, desenvolvimento, utilização, publicação, fornecimento, circulação, armazenamento e recuperação de informações. A importância da arquivologia reside no fato de que os documentos constituem-se num registro cabal de uma determinada memória, que podem ser significativos tanto para pequenos grupos quanto para toda a humanidade. Conservar é manter vivo, de alguma forma, um patrimônio, uma memória.

O termo memória tem sua origem etimológica no latim e significa a faculdade de reter e/ou readquirir ideias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos anteriormente reportando-se às lembranças, reminiscências. A construção da identidade e a construção da história estão ligadas a memória que por sua vez está ligada intrinsecamente aos arquivos. O arquivo, de uma maneira plena, pode, por sua vez, ser compreendido como um grande instrumento de armazenamento e acesso a informações e, nesse sentido, está incessantemente ligado às questões de preservação da memória. O nexo entre arquivo e memória também está enleado na linha corrente de pensamento em que se pode associar o pensamento como sendo o arquivo um lugar de memória, ter nexo é ter coerência, ter uma ligação harmoniosa entre ideias, situações e acontecimentos. É ter racionalidade, ou seja, é fazer uso da razão.

Ao falarmos sobre memória isso implica na probabilidade de abordagens históricas,

psicológicas, filosóficas e de tantas outras áreas que já se debruçaram sobre esse tema devido às características e demandas de conhecimento da sociedade. A obra Le Goff, História e Memória, transmite de forma considerada indiretamente enfocando de maneira eficaz a importância da valorização da informação em tempos distintos, seja no presente ou no passado como uma maneira de registro com a utilização da memória:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1990 p. 423).

Para tanto a palavra Memória origina-se do Grego "*mnemis*" ou do latim, "*memoria*". Em ambos os casos, possui uma denotação de significado de conservação de uma lembrança. Trata-se de um termo contemporâneo, utilizado por várias linhas de pensamento dentro das correntes de estudos.

A preservação da memória institucional tem uma enorme dependência do acervo documental da instituição, espécies documentais de arquivos como: Atas, Memorandos, Portarias, Decretos, Fotografias, dentre outros. Visto a necessidade de preservação da memória institucional, surge, de forma consequente e inevitável, certa preocupação de preservar e organizar documentos, muitas instituições valendo-se do valor da memória institucional, criaram o que também podemos denominar de: “centros de memória”, visando a guarda e a divulgação de seu processo histórico e de sua identidade, objetivando uma aproximação com a sociedade através de uma difusão de sua memória valendo-se do nexo entre arquivos e memória, considerando desta forma que o nexo entre memória arquivos leva a conclusão que documentos de arquivos proporcionam uma contribuição para o valor da memória institucional. A memória institucional proporciona uma profunda relação com a identidade e a cultura organizacional.

Face ao nexo entre arquivos e memória, e ao valor da memória institucional supracitado, considera-se relevante refletir sobre as possibilidades da memória no contexto institucional, o reconhecimento inegável dos benefícios existentes em nexo de arquivos e memória, visto que as organizações têm de maneira visível ocupando um espaço significativo na sociedade ao longo dos anos, influenciando e interferindo de forma relevante em vários aspectos da vida dos indivíduos.

A temática da memória institucional vem sendo cada vez mais abordada em campos de estudos da informação, isso se deve aos valores que as instituições conquistaram ao

decorrer do tempo junto a sociedade, valendo-se de que as instituições são organizações ou mecanismos sociais que controlam o funcionamento de forma direta ou indireta da sociedade. Considera-se ainda que a população representa-se seja de forma direta ou indireta através das instituições e com elas conseqüentemente asseguram-se os princípios constitucionais voltados para valer dentro da legalidade para a sociedade. Desse modo, é possível concluir que as instituições tem papel fundamental no meio da sociedade, para tanto se faz necessário ás instituições agregarem valor a sua memória através da valorização da memória institucional.

2.1 MEMÓRIA DA POLÍCIA MILITAR

A etimologia da palavra Polícia é um vocábulo de origem grega *politeia* (*polis* = a cidade + *teia* = administração), e passou para o latim *politia*, com o mesmo sentido: "governo de uma cidade, administração, forma de governo". No entanto, ao decorrer do tempo, assumiu um sentido particular, "passando a representar a ação do governo, enquanto exerce sua missão de tutela da ordem jurídica, assegurando a tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra as violações" (LIMA, p. 05).

Dentro do contexto histórico da origem da Polícia Militar no Brasil, sabe-se que essa têm suas origens no século XIX, com a chegada de D. João VI, em 1808. Na época, a chamada Guarda Real de Polícia de Lisboa permaneceu em Portugal. Assim, um ano após a chegada da corte lusitana, foi criado um corpo equivalente no Rio de Janeiro, batizado de Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, que adotava o mesmo modelo de organização da guarda portuguesa, usava os mesmos trajes e armas e já tinha estrutura militarizada, com companhias de infantaria e de cavalaria.

O estabelecimento de uma força militar permanente na capital deu-se em função do crescimento populacional do Rio de Janeiro e da necessidade de garantir a segurança da nobreza recém-chegada de Portugal. Todavia, é necessário destacar que, no início do século 19, as cidades do interior também registravam um aumento populacional considerável, evidenciando desta forma á necessidade de manutenção da ordem pública. Com isso, foram sendo criados corpos policiais nas províncias. Minas Gerais foi a primeira (1811), seguida por Pará (1820), Bahia e Pernambuco (ambas em 1825). Logo, pela formação e estrutura, esses corpos policiais são os que mais se aproximam das atuais policiais militares estaduais, conforme mostrado na figura 1.

Figura 1 - Corpo de Guardas Permanente do Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Agência Senado¹.

Na figura 1, registro da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro recém-implantado no Brasil, que adotava o mesmo modelo da Guarda Real de Polícia de Lisboa-Portugal.

2.2 ORIGEM – MEMÓRIA DA PMPB

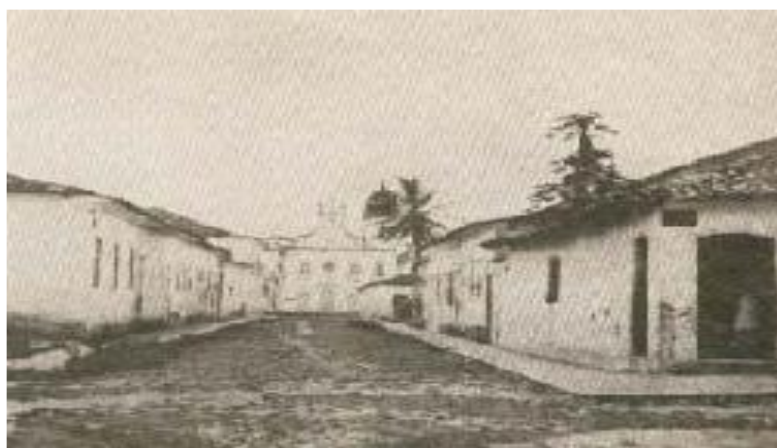
Relatos históricos trazem uma gama de informações sobre a origem da Polícia Militar no Brasil, através de que estudos mostram a lei imperial de 10 de outubro de 1831, sendo essa que criou o corpo de guarda municipais permanentes no Rio de Janeiro. Esta lei (Lei imperial de 10 de outubro de 1831) autorizava os presidentes das províncias a desenvolverem nas suas respectivas províncias organizações congêneres, com alistamento exclusivo de Brasileiros natos entre 18 e 40 anos.

Ao transcorrer do ano de 1831, ainda ante da criação do Corpo de Guarda Municipais Permanentes da Paraíba, o presidente da Província, já bastante preocupado com problemas da Ordem Pública, havia autorizado a criação de dois tipos de serviço com finalidades idênticas, denominadas de: Rondas Cívicas e a Guarda Municipal Provisória. Porém, apenas no ano seguinte, com o presidente da província da Parahypa na época (Galdino da Costa Vilar, que governou no período de 16 de novembro de 1831 à 18 de setembro de 1832), mais precisamente no dia 3 de fevereiro de 1832, em que foi criado de fato e de direito, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Paraíba, dando origem a nossa Polícia Militar.

¹ Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/25/policias-militares>>. Acesso em: 04 set. 2016.

O aquartelamento do corpo de guardas municipais permanentes teve como sua primeira ocupação o Convento do Carmo, na época este convento se encontrava abandonado pelos religiosos, mas hoje esta mesma edificação é o palácio do arcebispado, situado no antigo largo do Carmo, hoje conhecida como praça D. Adauto. O corpo de guardas municipais permanentes teve sua permanência naquelas instalações até o ano de 1846, depois transferido para a Rua da Areia, onde hoje funciona a diretoria de saúde da PMPB.

Figura 2 - Antiga Travessa do Carmo, posteriormente Travessa Conselheiro Henriques, ao fundo: a Igreja Nossa Senhora do Carmo Fotografia no ano 1877.



Fonte: Acervo Walfredo Rodrigues.

Figura 3 - Conjunto Carmelita em 1906, antes da reforma, 1º quartel ocupado pelo corpo de guardas municipais permanentes.



Fonte: Severiano (1907).

Figura 4 - Praça Pedro Américo, local do atual Comando Geral da PMPB.



Fonte: Facebook².

Na figura 4, da Praça Américo, pode ser vista uma unidade de Polícia, hoje, o 1º Batalhão de Polícia da Polícia Militar da Paraíba.

Na figura a seguir, uma fotografia do patrono da PMPB.

Figura 5 - Coronel Elísio Sobreira, patrono da PMPB.



Fonte: Polícia Militar da Paraíba³.

Elísio Sobreira foi o primeiro militar da corporação a receber a promoção de coronel, pois até aquele momento só havia até o posto de tenente coronel, 15 anos depois de seu falecimento, mais precisamente no ano de 1957, foi Reconhecido todos os méritos de que o Coronel Elísio Sobreira foi possuidor, o Governador da época, Flávio Ribeiro, assinou o

² Disponível em: <<https://www.facebook.com/jpantiga/photos/>>. Acesso em: 01 set. 2016.

³ Disponível em: <http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/historia_da_pmpb>. Acesso em: 07 set. 2016.

Decreto nº 1.238, datado de 10 de outubro de 1957, escolhendo o nome desse herói, como o Patrono da PMPB.

Vale ainda ressaltar outro órgão com características idênticas a PMPB, criado nesse período na Paraíba e que teve estreita ligação com a origem da PMPB, que foi justamente a Guarda Municipal Nacional, que durante muito tempo prestou relevantes serviços a segurança pública.

2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DA PMPB

Inicialmente criada sob a denominação de corpo de guardas permanentes, ao longo de sua tradicional e rica história, a PMPB, dentro de sua estrutura organizacional recebeu outras denominações como segue: 1832 - Corpo de Guarda Municipal Permanente; 1835 - Força Policial; 1892 - Corpo Policial; 1892 - Corpo de Segurança; 1896 - Batalhão de Segurança; 1908 - Batalhão Policial; 1912 - Força Policial; 1931 - Regimento de Polícia Militar; 1932 - Força Pública; 1935 - Polícia Militar; 1940 - Força Policial; 1947 - Polícia Militar.

A Lei complementar nº 87, datada de 02 de dezembro do ano de 2008, dispõe sobre a organização funcional e estrutural da PMPB, como vemos no organograma a seguir:

Gráfico 1 - Representação gráfica do Organograma da Polícia Militar da Paraíba.



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

A PMPB está estruturada em órgão de direção estratégica (comando e administração) de direção setorial (atendem as necessidades de pessoal e logística de toda corporação), de execução e vinculados (constituídos pelas Organizações Policiais Militares (OPM), que se destinam a atividade fim, focando no cumprimento da missão).

No âmbito da estrutura organizacional da PMPB, destacam-se as características gerais como se vê a seguir:

- **INSTITUIÇÃO PERMANENTE**

A PMPB está orientada com base em princípios de legalidade hierarquia e disciplina e destina-se à exercer a polícia ostensiva, preservar a ordem pública e garantir os poderes constituídos na área geopolítica do Estado do Paraíba (PMPB)⁴.

- **FORÇA AUXILIAR E RESERVA DO EXERCITO**

Com o efeito, a PMPB é força auxiliar e reserva do Exército, conforme disposto no art. 144, § 6º da CF/88. Desse modo, o Legislador Constituinte de 1988 susteve a tradição nacional, que remonta os tempos de Exército, Milícia e Ordenanças, quando estabeleceu a PM como segunda linha de defesa da nação, isto é, a PMPB pode ser convocada para apoiar o Exército no que tange a defesa da pátria (PMPB).

A ideia da Polícia Militar como força auxiliar surge já em 1908 com a Lei 1.860/1908, sendo vinculada ao Exército com a Lei 3.216/1917, passa pela Constituição de 1934 (art. 167), pela Constituição de 1946 (art. 183), também podemos ver tal determinação no art. 13, § 4º da Constituição de 1967 e, finalmente, esta condição fica mantida com a CF/88 (art. 144, § 6º). Desta forma, é da tradição do direito pátrio manter a PMPB como força auxiliar do Exército. No mais, a preservação da ordem pública é atribuição exclusiva da PMPB (art. 144, § 5º, da CF/88) (AMARAL JÚNIOR., 2011).

- **BASEADA NA HIERARQUIA E DISCIPLINA**

A CF/88 estabelece que as instituições militares são organizadas com respaldo nos princípios de hierarquia e disciplina, rigidamente resguardadas pelos regulamentos disciplinares, assim como pelo Código Penal Militar (CPM).

⁴ Disponível em:

<http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis_Complementares/2008_DISPOE_SOBRE_A_ORGANIZACAO_ESTRUTURAL_E_FUNCIONAL_DA_POLICIA_MILITAR_DO_ESTADO_DA_PARAIBA_E_DA_OTRAS_PROVIDENCIAS_.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2016.

E esses elementos, hierarquia e disciplina, estabelecem o modelo de relação interna, visando a ética e os bons costumes e, portanto, são essenciais na estrutura policial, com a distribuição de cargos e funções, na obediência aos superiores e no respeito aos pares, assim como no bom desempenho das organizações militarizadas.

Segundo Sampaio (1981, p. 48), com o surgimento das polícias militares, essas passaram “a ter uma estética militar sustentada em preceitos de hierarquia e disciplina, com patentes e graduações semelhantes as do Exército Nacional, com exceção dos postos de oficiais gerais, que não existiam nestas corporações”.

- **ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

A administração pública direta divide-se em: administração pública civil e administração pública militar. A administração pública militar é representada pelas Forças Auxiliares, existindo somente no Distrito Federal e nos Estados-membros. Dessa forma, os que integram a administração militar estadual são regidos em regra por regulamentos disciplinares e normas do Estado esparsas. Em regra, os Estados por intermédio de suas Assembleias Legislativas poderiam criar estatutos regulamentassem as atividades dos servidores e da própria administração militar (DIAS, 2002).

As forças policiais com a qualificação militar desenvolvem atividades eminentemente de caráter civil, tendo por finalidade assegurar ao cidadão os direitos e garantias previstos na CF/88, entre eles o direito à segurança, vida, à liberdade e a propriedade.

- **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PRÓPRIA**

A dotação orçamentária se refere a autorização para a execução de um programa, projeto ou atividade. É qualificada por uma quantidade de recursos financeiros. São valores monetários autorizados, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) a fim de atender a uma determinada programação orçamentária.

Todavia, quaisquer verbas previstas como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos, qualquer tipo de pagamento que não tenha dotação de modo específico, só pode ser efetivado se for criada uma verba nova ou dotação nova para poder suprir a despesa.

No poder público funciona do seguinte modo: o Poder Executivo envia Leis Orçamentárias para serem examinadas, votadas e aprovadas pelo Poder Legislativo, definindo as dotações e seus valores a serem gastos em um planejamento de governo.

- AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

A Polícia Militar é uma polícia administrativa, mas é cabível distingui-la das demais. Meirelles (2006) a qualifica de polícia administrativa de manutenção da ordem pública na esfera estadual que, em conjunto com as polícias judiciárias, age sobre os indivíduos, realizando o policiamento ostensivo e preventivo individualmente ou indiscriminadamente. Em relação às demais polícias administrativas, como a vigilância sanitária e a polícia de edificações, age sobre bens, direitos e atividades.

A organização funcional da instituição policial militar paraibana segue o modelo introduzido pela lei complementar de número 87 de dezembro de 2008 como se ver a seguir:

- Organização funcional da PMPB; *oficiais e praças*.

Quadro 1 - Estrutura funcional da polícia militar.

OFICIAIS	PRAÇAS
Coronel	Subtenente
Tenente coronel	1º, 2º, 3º sargentos
Major	Cabo
Capitão	Soldado (2ª categoria)
1º e 2º tenente	Aluno soldado (1ª categoria)
Aspirante	
Aluno oficial (cadetes) 1º, 2º e 3º Ano	

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

3 DIFUSÃO DA MEMÓRIA DA PMPB

3.1 DIFUSÃO DA MEMÓRIA DA PMPB A PARTIR DA CRIAÇÃO DO MUSEU DA PMPB

A trajetória da PMPB, em função da sua complexidade e longevidade, geralmente vem sendo delimitada por fases distintas, em face aos acontecimentos considerados de relevância histórica, desenvolvidos com suas particularidades, correspondentes a determinado período ou época. Dessa forma, assim como os acontecimentos históricos de inquestionável importância demarcam períodos da História do Estado da Paraíba, o mesmo sucedeu, em razão do dinamismo da construção histórica, em relação à PMPB.

A inauguração do museu da Polícia Militar, no dia 20 de agosto de 2013, reflete o valor da memória institucional no universo organizacional para a manutenção da informação. O Museu passa a oferecer ao público um espaço para as pessoas conhecerem Documentos, equipamentos e fardamentos que fazem parte da construção da memória dos 184 anos da instituição. O Museu representa a oportunidade de revigorar a memória da instituição, gerando um fortalecimento do instrumento da memória institucional, que se torna valioso na formação e fortalecimento da autoestima do policial, contribuindo ainda para difusão da rica história da instituição, para conhecimento da sociedade como um todo, uma história tão rica em fatos importantes.

Criado inicialmente como memorial em 2004 (onde existia de forma deficitária) o Museu da PM passou a ter uma nova configuração na gestão do comandante geral da instituição, o coronel Euler de Assis Chaves. Desde então, em janeiro de 2011, foi iniciado o trabalho de coleta de materiais de cunho histórico para compor o acervo, que foi inaugurado, oferecendo ao público a apreciação de documentos internos da PMPB, no início do século XX (como boletins e cadernetas), além de uniformes, armamentos e aparelhamentos de comunicação da época.

Um dos destaques é uma túnica, o uniforme de gala da PM, que é datada de 1920. Entre os armamentos antigos, está exposta uma metralhadora utilizada nas décadas de 1930 e 40, além de equipamentos de rádio telecomunicação utilizados pela brigada ao longo da sua história.

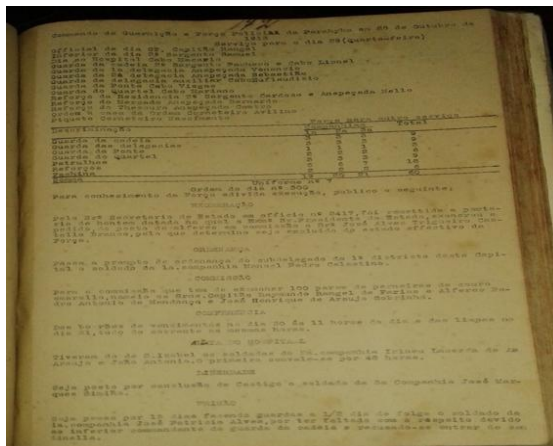
Figura 2 - Um dos uniformes de instrução utilizado entre as décadas de 1920 e 1930 pelo patrono da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), coronel Elísio Sobreira.



Fonte: Museu da Polícia Militar da Paraíba, Quartel do Comando Geral, Praça Pedro Américo, João Pessoa-PB.

No museu da PMPB encontra-se também disponível alguns boletins internos (BOL) que disponibilizam informações sobre a funcionalidade na época. Esses Boletins são documentos de arquivo com alto valor importantíssimo, cujas informações neles contida são de grande relevância para a memória da PMPB as informações contida nesses boletins são: informações diversas a exemplo de recrutamento, promoção de praças e oficiais, transferências de unidades, portarias, resoluções, dentre outros. Na Figura 7 temos um dos boletins institucionais do centenário da PMPB datado de 25 de outubro de 1913.

Figura 3 - Boletim Interno do Comando Geral da PMPB do dia 25 de Outubro de 1913.



Fonte: Museu da Polícia Militar da Paraíba

O museu da Museu da Polícia Militar da Paraíba, localizado no Quartel do Comando Geral, Praça Pedro Américo, João Pessoa-PB, é aberto ao público, porém recebe visitas de policiais militares de unidade pertencentes a outros estados da federação, e integrantes das forças armadas seja exercito, marinha e aeronáutica.

Figura 4 - Museu da Polícia Militar da Paraíba, Quartel do Comando Geral, Praça Pedro Américo, João Pessoa-PB.



Fonte: PMPB.

A partir de uma abordagem histórica e, ao mesmo tempo, dinâmica, o museu da polícia militar do estado da Paraíba proporciona aos visitantes a pensarem sobre o valor da memória institucional da Polícia Militar paraibana para a sociedade, para tanto, se faz indispensável considerar o valor e a contribuição dos documentos de arquivos para difusão dessa memória institucional, observando ainda, de forma considerável o nexos existente entre arquivologia e memória.

3.2 VALORIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA DA PMPB A PARTIR DA DIGITALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS DO QUARTEL DO COMANDO GERAL DA PMPB

No ano de 2013, a PMPB deu início ao trabalho de análise e digitalização dos arquivos históricos da PMPB a partir dos arquivos do Quartel do Comando Geral localizado no centro da capital, na praça Pedro Américo, tendo em vista o acervo arquivístico do Comando Geral da PMPB obter uma gama de informações com amplitudes de todo o Estado.

Os documentos foram avaliados por uma comissão composta por oficiais de diversos setores e formação acadêmica, que na ocasião tinham a responsabilidade de discernir quais deviam permanecer na corporação e ser passados para o ambiente virtual (digitalizados) e quais deveriam ser dispensados e incinerados. O objetivo, conforme o presidente da Comissão (na época) discursou no site da PMPB, era a facilitação ao acesso e a pesquisa documental, agilizando os trabalhos desenvolvidos no Quartel do Comando Geral, mas precisamente no dia 19 de novembro de 2013, em que a comissão constituída pelo Comando Geral da PMPB, oficializada e publicada em BOL (Boletim Interno) oficializando a realização da primeira reunião para a divisão de responsabilidades e inícios dos trabalhos de digitalização documental do acervo documental do quartel do comando geral da PMPB.

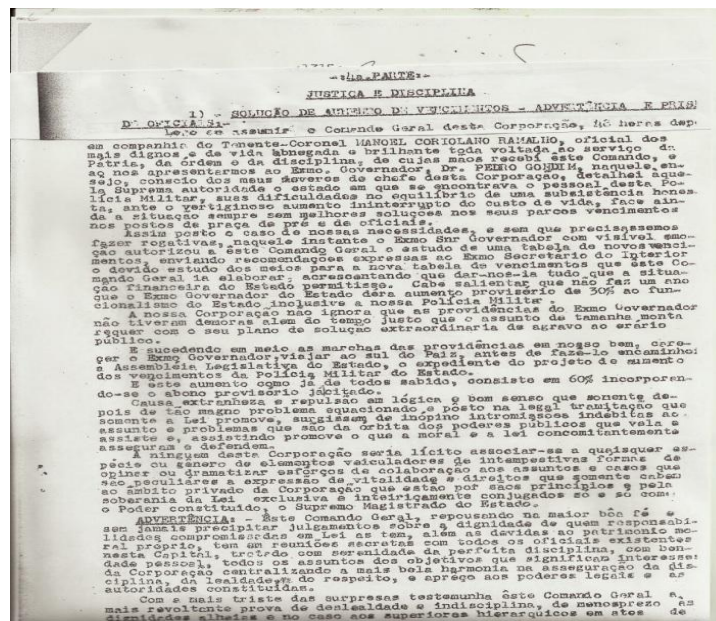
Figura 5 - Arquivos do Quartel Comando Geral, depositados no pátio do 1º BPM.



Fonte: 1º Batalhão PMPB.

Documentos de arquivos pertencentes ao quartel do comando geral da Polícia Militar da Paraíba(PMPB), depositados no pátio do 1º batalhão (BPM), aguardando providências cabíveis para serem digitalizados, visando a valorização e posteriormente sua difusão da memória institucional da PMPB. A Figura 9 proporciona a oportunidade de ter acesso a um documento de arquivo já digitalizado.

Figura 6 - Transcrição da nota publicada no Boletim do Comando Geral da PMPB dia 5 de setembro de 1959.



Fonte: A BRIOSA⁵.

Para que as informações sejam guardadas de forma segura, e de fácil recuperação, a digitalização enfoca a preocupação de preservar os documentos memoriais em meio digital, partindo da grande necessidade de evitar a perda dos documentos úteis que estavam ou que ainda estão em papéis. O que muitas vezes ocorre por questões climáticas, ameaças biológicas, mau manuseio, etc.

A digitalização de documentos é o processo de conversão de documentos físicos em formato digital. Este processo dinamiza extraordinariamente o acesso e a disseminação das informações entre os funcionários e colaboradores, com a visualização instantânea das imagens de documentos.

Para quem é indicada a digitalização?

Empresas que possuem documentos que precisam ser consultados e administrados de forma rápida e organizada.

Vantagens e benefícios da Digitalização de Documentos:

- Facilidade de acesso e de distribuição dos documentos;
- Redução de tempo das atividades que requerem a análise de documentos;

⁵ Disponível em: <http://abriosa.blogspot.com.br/2014_12_01_archive.html?view=classic>. Acesso em: 22 ago.2016

- Redução de custo com recuperação e duplicação;
- Preservação do arquivo físico;
- Integração de dados ativos e históricos.

Etapas da Digitalização de Documentos:

1. Os documentos passam por um processo de preparação para que se tornem aptos à digitalização (higienização, retirada de grampos ou qualquer objeto que prejudique o acesso do documento ao scanner);
2. Em seguida são escaneados, tratados e indexados por lote de documentos, de acordo com as especificações determinadas pelo projeto;
3. As imagens e dados são migrados para o Software de GED , possibilitando o acesso aos documentos sempre que seja preciso.

3.2 CONTRIBUIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA

A História é registrada em documentos que formam um conjunto: o patrimônio documental (MERLO; KONRAD, 2015). Este estudo busca identificar a importância da preservação do patrimônio documental em meio à relação documento, história e memória, com vistas contribuição da memória da PMPB ao acesso à informação.

A CF/88 definiu os documentos públicos como patrimônio cultural do país. Esse patrimônio constitui a memória da sociedade; para tanto é preciso preservá-lo para que os cidadãos brasileiros possam acessá-lo quando necessário. O direito de acesso, previsto constitucionalmente, foi regulamentado pela Lei de Acesso à Informação (LEI Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

O registro da história e da memória da PMPB se dá, atualmente e em grande parte, por meio dos documentos gerados pelas atividades desenvolvidas (atividade meio, conhecida dentro do âmbito da PMPB como atividades administrativas). Todos os registros documentais do arquivo da PMPB passam a funcionar como uma rica fonte para contribuição da construção da memória da instituição da PMPB.

Toda organização, pessoa e família necessitam de documentos para registrar bem como comprovar sua existência e suas atividades. Para tanto, o Arquivo Nacional (2005, p. 73), documento é: “Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte [...]”.

Neste contexto, cabe destacar também o conceito de documentos de arquivo, que, para Bellotto “São aqueles que depois do trâmite dentro da ação que justificou sua criação foram recolhidos a arquivos passando pelas diversas fases do ciclo vital dos documentos” (BELLOTTO, 2006, p. 272). Desta maneira, o documento que foi produzido como resultado de certa atividade dentro de seu organismo produtor faz parte de um conjunto de mesma proveniência, o que o torna um documento de arquivo.

A PMPB, reconhecendo os valores dos seus arquivos institucionais para a preservação e difusão de sua memória, promove estratégias com vistas ao acesso de usuários internos e externos.

Conforme a Fundacentro (2016, sem paginação):

A memória é um dos alicerces que dá sentido à vida. Com uma instituição não é diferente. Preservar a memória institucional é manter a instituição viva e uma forma de fortalecer suas bases. Para que essa memória seja preservada se faz necessário a contribuição eficaz de documentos de arquivo, é preciso conservar fotos, documentos, objetos e organizar os registros dos todos os fatos existentes.

Para Hiroshibogea (2011, sem paginação):

A memória, entendida como elemento fundamental na formação da identidade cultural individual e coletiva, na instituição de tradições e no registro de experiências significativas, deve ser valorizada e preservada. Preservar a memória de uma sociedade não significa atrelá-la ao passado e impedir o seu desenvolvimento, mas sim conservar seus pilares constituintes a fim de não perder conhecimentos e identidades.

Nessa perspectiva, de acordo com Barros e Amélia (2009, p. 56), “O arquivo é visto como um lugar em que a memória se torna participante do processo de identidade”, seja por assumir novas funções, seja por renová-las, pois, além de coletar, salvaguardar, preservar, armazenar e disseminar a informação o arquivo também fortalece a memória institucional. A memória, nesse contexto, torna-se objeto de estudo com dimensões a serem analisadas e compreendidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo nos dedicamos a trazer subsídios para o entendimento de elementos da memória institucional da polícia militar do estado da Paraíba, especialmente ao que se refere à difusão da memória institucional da PMPB, valendo-se do nexos existente e indissociável entre memória e arquivo e a contribuição de documentos de arquivos para a valorização da memória institucional da Polícia Militar Paraibana, para tanto, procurei mediante a análise de fontes documentais alusivas a PMPB, conhecer sua origem, sua contribuição e influência direta e indireta na sociedade ao longo dos anos.

Valendo-se que, não obstante isso, com a finalidade de dar a conhecer ao leitor aquelas que reputo como sendo as maiores dificuldades e os maiores avanços do presente estudo, procuro expô-los de maneira objetiva neste capítulo final.

A construção da memória institucional e sua valorização como ferramenta eficaz de comunicação organizacional é uma tendência na atualidade, quando se debruça sobre o estudo da memória institucional, conclui-se que ela é constituída daquilo que vivemos, mas sempre relacionado ao que hoje se vive. É lógico, pois não há como se pensar em identificar algo como passado se não o fizermos em relação ao presente. Portanto, a memória é o arquivo daquilo que um dia foi descoberto.

No âmbito da PMPB, os esforços realizados ainda no ano de 2004, com a criação de seu memorial, como em 2013, com a fundação do museu da PMPB e poucos meses depois da fundação de seu museu iniciar um projeto de digitalização de todo o acervo documental do quartel do Comando Geral, ratifica o zelo institucional através da valorização da memória institucional, valendo-se de toda contribuição dos documentos de arquivos para fortalecer a memória.

Diante do exposto, a memória institucional da PMPB se mostra uma alternativa eficaz de legitimação dos valores, posturas éticas, atitudes, princípios e responsabilidades de uma organização com forte influência no meio social, porém Para que a memória institucional da PMPB se torne prática de comunicação de resultados para seus integrantes e a sociedade, sendo necessário mais do que uma coleta de materiais de arquivos, é necessário uma análise detalhada do que o seu acervo documental significa na memória da instituição e na história da sociedade em que ela está inserida.

No tocante a instituição, portanto, deve preocupar-se em demonstrar aos seus integrantes e a sociedade o que fundamenta sua existência, através de uma difusão de sua

memória valendo do nexos com seus arquivos, o que lhe faz tomar determinadas decisões e com quais responsabilidades está e esteve comprometida com valor de sua memória junto a sociedade.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, 2009. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/include/getdoc.php?id=668&article=330&mode=pdf>>. Acesso em: 05 set. 2016.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: Tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. CF/88. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- DIAS, Carlos. **O poder na Administração Pública Brasileira**. Medianeira: Valério Ltda, 2002.
- Do AMARAL JR., José Levi M. **Direito Militar Doutrina e Aplicações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 49-64. Disponível em: <<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/registro-documentais-contempor3a2neos-como-provas-de-ac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2016.
- FUNDACENTRO. **A importância da memória institucional**. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/resgate-historico/a-importancia-da-memoria-institucional/>>. Acesso em: 01 set. 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
- HIROSHIBOGEA. **A importância da preservação da memória**, 2011. Disponível em: <<http://www.hiroshibogea.com.br/importancia-da-preservacao-da-memoria/>>. Acesso em: 06 set. 2016.
- LE GOFF. **História e Memória**. UNICAMPO: Campinas-SP, 1990.

LEI complementar nº 87/ de 02 de dezembro de 2008 (Governo do Estado da Paraíba)
Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

LIMA, Coronel João Batista de. **A Briososa: A História da Polícia Militar da Paraíba**. Centro de Ensino da Polícia Militar, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. 2015.

OLIVEIRA, Morais Fernando de. **As metamorfoses do carmo**. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST160.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2016.

PMPB – Polícia Militar do Estado da Paraíba. Disponível em: <<http://www.pm.pb.gov.br/>>. Acesso em: 09 set. 2016.

SAMPAIO, José Nogueira. **Fundação da Polícia Militar de São Paulo: subsídios históricos**. 2. ed. São Paulo: Rumo Gráfica, 1981.

SEVERIANO, Francisco. **Anuario Ecclesiastico da Parahyba do Norte**. Vol. I – 1894-1907. Torre Eiffel. Parahyba do Norte, 1907.